

serão excluídos do procedimento, os candidatos que tenham obtido uma valoração inferior a 9,5 valores num dos métodos de selecção;

4.8 — Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

5 — As actas dos júris, onde constam os parâmetros de avaliação e respectiva ponderação de cada um dos métodos de selecção a utilizar, a grelha de classificação e os sistemas de valoração final do método, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas;

6 — A lista unitária da ordenação final dos candidatos será publicada na página electrónica desta Câmara Municipal e remetida aos candidatos por correio electrónico ou ofício registado, oportunamente, após aplicação dos métodos de selecção

7 — Disposições específicas de cada concurso

7.1 — Concurso A — Assistente técnico (área de topografia) a afectar à Divisão de Investimentos Municipais do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território

7.1.1 — Unidades a contratar: uma

7.1.2 — Conteúdos específicos da prova de conhecimentos de natureza teórica: prova de natureza individual, terá a duração máxima de 90 minutos e será pontuada de 0 a 20 valores. A prova versará, no todo ou em parte, sobre a seguinte legislação: Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com Declaração de Rectificação n.º 18-A/2008, de 28 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro e adaptado à Região Autónoma dos Açores pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de Julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 15/209/A, de 6 de Agosto); Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que Exercem Funções Públicas (Decreto-Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro); Modelo de organização interna do município de Angra do Heroísmo (despacho n.º 1745/2011, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 21 de Janeiro de 2011). A prova escrita contará ainda com uma componente teórica na resolução de exercícios relacionados com a actividade prática e diária de um topógrafo.

7.1.3 — Composição e identificação do júri:

Presidente do júri — Chefe da Divisão de Unidade de Investimentos Municipais, Eng.º Gil da Silva Navalho.

Vogais — Director do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território, Eng.º Artur Reis Leite Furtado Gonçalves, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e a técnica superior, Jesuína Maria Barcelos Costa.

Vogais suplentes — técnico superior (área de urbanismo) Dr. Paulo Manuel Borba Mont'Alverne Sequeira e a técnica superior (área de recursos humanos) Dr.ª Amanda Nunes de Almeida;

7.2 — Concurso B — Assistente operacional (auxiliar de serviços gerais);

7.2.1 — Unidades a contratar: duas a afectar à Unidade de Coordenação de Meios Operacionais do Departamento de Sustentabilidade e Gestão do Território;

7.2.2 — Conteúdos específicos da prova de conhecimentos de natureza prática: prova de natureza individual, terá a duração máxima de 20 minutos e será pontuada de 0 a 20 valores. A prova consistirá numa explicação, no local do Bailão, por parte dos candidatos, das tarefas que o vigilante terá que realizar num dia de trabalho. O candidato terá que percorrer, a pé, todo o espaço físico do parque de estacionamento do Bailão e edifício de apoio e indicar as tarefas diárias que um assistente deve cumprir. Serão considerados os seguintes parâmetros de avaliação: compreensão das tarefas (25 %); qualidade de realização das tarefas (25 %); celeridade na execução das tarefas (25 %); grau de conhecimentos demonstrados (25 %);

7.2.3 — Composição e identificação do júri:

Presidente — Coordenador da Unidade de Meios Operacionais, em regime de substituição, Dr. André Vasconcelos Avelar.

Vogais — técnico superior (área de engenharia agrícola) Eng.º António Eurico Vaz da Ponte, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos e a técnica superior Jesuína Maria Barcelos Costa.

Vogais suplentes — Coordenadora técnica, Regina de Fátima Rocha Dias Cardoso e o Encarregado Geral Operacional, César Augusto Brasil Barcelos;

7.3 — Concurso C — Assistente operacional (motorista de pesados).

7.3.1 — Unidades a contratar: uma a afectar à Unidade de Coordenação de Meios Operacionais.

7.3.2 — Conteúdos específicos da prova de conhecimentos de natureza teórica: prova de natureza individual, terá a duração máxima de 90 minutos e será pontuada de 0 a 20 valores. A prova consistirá num teste escrito com 20 perguntas de resposta múltipla, versará o todo ou em parte, sobre a seguinte legislação: Código da Estrada (Decreto-Lei n.º 114/94, de 16 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de Fevereiro e pela Lei n.º 46/2010, de 7 de Setembro);

7.3.3 — Composição e identificação do júri:

Presidente — Coordenador da Unidade de Meios Operacionais, em regime de substituição, Dr. André Vasconcelos Avelar.

Vogais — Chefe da Divisão de Unidade de Investimentos Municipais, Eng.º Gil da Silva Navalho, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos e a assistente técnica Dr.ª Angela Sofia Rodrigues Jorge Vieira.

Vogais suplentes — técnica superior, Jesuína Maria Barcelos Costa e a assistente técnica Fernanda Cristina Pires Amorim Belo Santos.

8 — Consulta à ECCRC — de acordo com a informação extraída das FAQ's da DGAEP em 21 de Maio de 2009, não tendo ainda sido publicitado qualquer procedimento concursal para constituição de reserva de recrutamento, e até à sua publicitação, encontra-se temporariamente dispensada a obrigatoriedade de consulta prévia à ECCRC, prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro;

9 — A duração do período experimental será efectuado nos termos do artigo 76.º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, sendo o júri do período experimental o designado para o procedimento concursal;

10 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação;

6 de Setembro de 2011. — O Chefe da Divisão de Conformidade e Qualidade, por subdelegação de competências, *Ruben Filipe Fournier Costa Pereira*.

305099667

MUNICÍPIO DE ANSIÃO

Aviso n.º 19447/2011

Em cumprimento do disposto no artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que cessou, por motivos de aposentação, a relação jurídica de emprego público do seguinte trabalhador:

Fernando Jesus Mendes — Assistente Operacional, posição remuneratória 4, Nível 4-1, desligado do serviço em 01-08-2011.

18 de Agosto de 2011. — O Presidente da Câmara, *Rui Alexandre Novo e Rocha*, Dr.

305084113

MUNICÍPIO DE ARGANIL

Aviso (extracto) n.º 19448/2011

Ricardo João Barata Pereira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Arganil,

Faz público que, em cumprimento do disposto no art. 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, de acordo com os seus despachos n.º 66 e 68/2011 DAGF de 22/08/2011 e na sequência de procedimentos concursais comuns de recrutamento abertos por meus despachos n.º 22/PC12.1/2011 e n.º 21/PC11.1/2011 de 15/02/2011, no seguimento da autorização proferida pela Câmara Municipal em sua reunião de 04/01/2011, publicitados pelo aviso n.º 6279/2011 na 2.ª série do *Diário da República* n.º 45, de 04/03/2011, foram celebrados, em 24/08/2011, contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com fundamento no n.º 3 do art. 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27/02, entre o Município de Arganil e os seguintes trabalhadores:

Paulo Jorge Freire Rijo, na carreira e categoria de Assistente Operacional, área funcional de pintura e sinalética, com a remuneração ilíquida mensal de 485,00€, valor correspondente à remuneração mínima mensal garantida e à 1.ª posição remuneratória da categoria de Assistente Operacional, em conformidade com o art. 2.º e anexo III do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31/07 e ao nível remuneratório I da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31/12.

Paulo Manuel da Silva Costa, na carreira e categoria de Assistente Operacional, área funcional de vias, com a remuneração ilíquida mensal de 485,00€, valor correspondente à remuneração mínima mensal garantida e à 1.ª posição remuneratória da categoria de Assistente Operacional, em conformidade com o art. 2.º e anexo III do Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31/07 e ao nível remuneratório I da Tabela Remuneratória Única, aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31/12.